

## EMPREGO

CUT e Força divergem sobre ações contra demissões **A6**

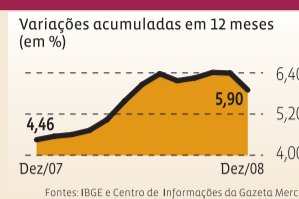


## TELEFONIA

Com a BrT, Oi quer dobrar clientela para 110 milhões, diz seu presidente, Luiz Falco **C4**

## INFLAÇÃO

IPCA fecha 2008 com alta de 5,90% **A4**



## INDICADORES

Dólar Ptax (R\$/US\$)	2,2859 / 2,2867
Dólar Mercado (R\$/US\$)	2,2700 / 2,2720
Euro (R\$/€)	3,07591 / 3,07772
Euro (US\$/€)	1,34560 / 1,34592
Risco-Brasil Embi (pontos/var.%)	422,52 / -0,75
Risco-Brasil CDS (pontos/var.%)	304,20 / -1,97
Selic (meta/efetiva % a.a.)	▲ 13,75 / 13,66
Bovespa (var. %/pontos)	▼ -0,97 / 41.582,94
Dow Jones (var. %/pontos)	▼ -1,64 / 8.599,18
Nasdaq (var. %/pontos)	▼ -2,81 / 1.571,59
Tóquio (var. %/pontos)	▼ -0,45 / 8.836,80

## Petróleo WTI (em US\$/barrel)



Para mais informações veja a seção Indicadores no Caderno B

## PRIMEIRO PLANO

## PETROBRAS PAGA MAIS POR BÔNUS

A crise deve fazer com que a Petrobras pague no mercado de bônus o valor mais alto dos últimos cinco anos para custear um plano de investimentos recorde, de acordo com avaliação do Credit Suisse. **B4**

## MONTADORAS CONFIANTES NO PAÍS

Pesquisa da consultoria KPMG com 200 executivos de montadoras automobilísticas de todo o mundo revela que o Brasil é um dos países mais preparados para enfrentar a atual crise no setor. **C3**

## TEMPOS DIFÍCEIS NOS CAFÉS DA CITY

Vender cafés e lanches no centro financeiro de Londres está cada vez mais difícil. A maioria das pessoas traz seus sanduíches de casa e agora começam a perguntar antes o preço dos produtos. **A11**

## EMPRESAS ADAPTAM-SE AO IPHONE

As empresas estão adaptando o conteúdo de seus sites para acesso via iPhone, lançado pela Apple. Estima-se que os serviços de produção e mídia para essa tecnologia movimentem até R\$ 20 milhões no País. **C6**

## BAHIA PRIORIZA COMBATE À AFTOSA

A prioridade da pecuária baiana em 2009 é minimizar os efeitos da febre aftosa no estado, segundo Maurício Odebrecht, presidente da Nelore Bahia. **INVESTNEWS.COM.BR**

## OPINIÃO

## AUGUSTO NUNES

Três meses depois de elogiar Machado de Assis, o presidente Lula confessa que não lê nem jornais nem revistas. **A9**

## DAVID BROOKS

A presidência de Obama será definida por sua audaciosa autoconfiança. Em seu discurso, prometeu fazer tudo imediatamente. **A12**

## OZIREZ SILVA

As previsões baseiam-se nas manchetes de hoje. O certo é que as crianças precisam ser preparadas para o mundo em que irão viver. **A3**

## PLANO PESSOAL



## Spazio Pirandello é lembrado por Wlady Soares

As antigas reuniões frequentadas pelos famosos da década de 80, na noite paulistana da rua Augusta, foram remodeladas pelo seu antigo organizador, que na época usava um chapéu-coco como aquele da música de João Bosco e um bigodinho clássico de Charles Chaplin. O agitado cultural Wlady Soares criou o "órfão do Pirandello" para comemorar as antigas discussões políticas e lembrar das coisas boas da vida daquela época. **D1**

## Crise força mineradoras a devolver áreas à União

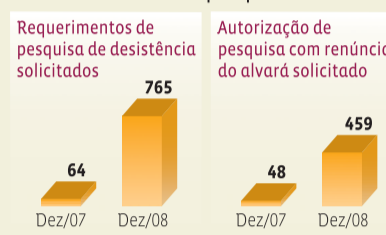
SABRINA LORENZI  
RIO DE JANEIRO

O enxugamento dos recursos no mercado financeiro secou também a fonte para os investimentos em pesquisas na área de mineração. Com o caixa mais curto, grandes mineradoras desistiram de explorar mais de três mil áreas desde o começo da crise econômica. O número é dez vezes maior que o total de devoluções e desistências registradas no mesmo período do ano passado, antes do estouro da bolha financeira.

As empresas devolveram à União 1.523 áreas de exploração de outubro até o início de janeiro. No mesmo período do ano anterior, as mineradoras renunciaram a apenas 188 áreas, chamadas tecnicamente de alvarás de pesquisa. Além de a devolução

## PERDENDO O BRILHO

Número de processos de desistência ou renúncia de área de pesquisa mineral



de terras ter crescido oito vezes, as desistências de novos direitos de pesquisa saltaram de 138 para 2.126, conforme o levantamento da Diretoria de Outorga do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para a *Gazeta Mercantil*.

A escassez de recursos já prejudica também os projetos na área de diamantes primários. A mais pura e valiosa pedra, que já foi chamada de diamante de sangue por provocar a ganância e financiar conflitos na África, foi encontrada em quatro estados brasileiros, como Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais e Bahia. O potencial das reservas de quimberlitos (rochas vulcânicas que originam os diamantes de primeira linha) se estende por Maranhão e Piauí, de acordo com o diretor-geral adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), João César Pinheiro. Com minas que demandam prazos da ordem de dez anos para começar a produção, a mineração de diamantes demora a dar retorno. **C1**

## Companhias de saneamento reduzem valor dos dividendos

MARIA LUIZA FILGUEIRAS  
SÃO PAULO

As empresas de abastecimento de água e saneamento básico com ações negociadas em bolsa de valores estão saindo do topo da lista de boas pagadoras de dividendos. Copasa, Sabesp e Sanepar estão restringindo a distribuição de proventos em torno do mínimo exigido, de 25% do lucro líquido, para reaplicar os recursos em expansão ou ganho de eficiência.

A revisão da política de remuneração de acionistas é consequência da regulação setorial criada em 2007, que trouxe, por exemplo, definição do processo de estabelecimento de tarifas. As regras estimularam as empresas a expandir e facilitaram a captação de recursos. "Regras claras fazem muita diferença sob a ótica de risco de crédito e investimento", diz Ricardo Carvalho, diretor sênior da Fitch Ratings. Por isso essas empresas estão aumentando seu nível de alavancagem financeira. Ainda assim, as ações são consideradas defensivas na crise, já que as empresas são fortes geradoras de caixa **B4**

## Usinas buscam alternativas de capitalização

FABIANA BATISTA  
SÃO PAULO

Em meio à restrição do crédito mundial, investidores do setor sucroalcooleiro se desdobram em busca de alternativas de capitalização de seus projetos de usinas já iniciados. A Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco) pode ter de renovar a nota promissória de R\$ 390 milhões, caso não sejam liberados até fevereiro os recursos do projeto aprovado em agosto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), segundo o presidente da empresa, Henri Philippe Reichstul. A Adecoagro, que tem como acionista o megainvestidor George Soros, teve que fazer captação de mais de US\$ 100 milhões com acionistas para conseguir tocar as obras da usina no Mato Grosso do Sul. **B9**



**TALENTOS** Escritórios de advocacia apostam na retenção de talentos para garantir a continuidade dos negócios. O advogado Antonio Pentead Mendonça, apesar de contar com uma trajetória familiar de quase 150 anos, investe na capacitação de profissionais de olho no futuro da banca. **A10**

## Votorantim tenta reforçar o caixa

REDAÇÃO  
SÃO PAULO E BRASÍLIA

A venda de 50% do Banco Votorantim para o Banco do Brasil por R\$ 4,2 bilhões, anunciada na sexta-feira, é mais uma das iniciativas do grupo liderado pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes para ampliar o caixa, prejudicado por perdas com derivativos tóxicos no total de R\$ 2,2 bilhões e pela retração dos preços de várias commodities.

Recentemente, o conglomerado dos Ermírio de Moraes desfez-se da CanaVialis e da Allelyx — ambas da área de biotecnologia — por R\$ 616 milhões. As empresas foram adquiridas pela norte-americana Monsanto. A Votorantim ainda estaria negociando sua participação na distribui-

## NEGOCIAÇÕES DO GRUPO

Venda de 50% do Banco Votorantim para o Banco do Brasil por **R\$ 4,2 bilhões**

Venda das empresas CanaVialis e Allelyx por **US\$ 290 milhões** para a Monsanto

Negociação de venda de **14,2%** da CPFL Energia, negócio estimado em cerca de **R\$ 2 bilhões**

Renegociação da compra da Aracruz Celulose, operação inicialmente fechada por **R\$ 2,7 bilhões**

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil

dora de energia CPFL por R\$ 2 bilhões.

O mercado financeiro considerou baixo o preço que o BB pagou pelo Banco Votorantim. Analistas calculam que o valor corresponde a 1,2 vez o patrimô-

nio líquido da instituição financeira da família Ermírio de Moraes. A relação entre preço e valor patrimonial (P/VPA) é o método de avaliação mais usado nas operações de fusões e aquisições no setor. Para efeito de comparação, a Nossa Caixa, adquirida pelo BB dois meses antes, saiu por R\$ 7,6 bilhões, o equivalente a 2,4 vezes o patrimônio.

Segundo a estrategista da Ativa Corretora, Mônica Araújo, parte da diferença entre as avaliações pode ser explicada pelo fato de o Banco do Brasil não ter assumido uma posição majoritária no Banco Votorantim. "Mesmo que fosse o caso e o BB pagasse 30% a mais, a compra ficaria em um patamar abaixo da média", diz Mônica. **B1 E B3**

## Papelarias na expectativa da volta às aulas

CINTIA ESTEVES  
SÃO PAULO

O comércio de papelaria comemora o período de volta às aulas, com crescimento nas vendas de até 30%, mas prevê um futuro incerto a partir de março. "Imagino que as vendas devam cair muito porque as papelarias não vão querer se endividar sem ter a certeza de que conseguirão vender", afirma Jorge Luis Águas, gerente de compras da Clovis Atacadista. Na Kalunga, a estratégia é incrementar as vendas com parcelamento em até 10 vezes sem juros no cartão. **C3**

## Cientistas dos EUA querem liberar venda de tecnologia

THE NEW YORK TIMES  
NOVA YORK

Um painel da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos (NAS, na sigla em inglês) enviou documento à equipe de assessores do presidente eleito Barack Obama recomendando que o país abandone, imediatamente, muitos regulamentos relativos à exportação de produtos de alta tecnologia. Pedem também que sejam suspensas restrições à imigração de cientistas e engenheiros estrangeiros.

Segundo afirmam no texto, tais normas datam da Guerra Fria e a restrição ao acesso de tecnologia estrategicamente

importante era útil há décadas, quando os Estados Unidos eram o indiscutível líder mundial no espectro tecnológico. Hoje, diz o texto dos cientistas, o país está perdendo o domínio científico e o da área da engenharia, mesmo quando os avanços úteis para o setor militar vêm cada vez mais de pesquisas civis.

"Falhamos em diferenciar a tecnologia que representa uma ameaça fundamental, como a relativa a armas nucleares, da tecnologia amplamente disponível", como nos setores de computação ou telecomunicações", disse o co-diretor do painel, John Hennessy, reitor de Stanford. **A12**

## UBS vai fechar 19 mil contas de americanos

THE NEW YORK TIMES  
NOVA YORK

Pressionado por autoridades dos Estados Unidos, o banco suíço UBS fechará 19 mil contas de clientes offshore norte-americanos. A medida, impensável no sistema bancário suíço antes da crise financeira internacional, poderá expor segredos desses correntistas, que estão sob suspeita de evasão fiscal. Promotores estimam que o UBS tenha ajudado milionários norte-americanos a esconder aproximadamente US\$ 18 bilhões. **B3**

## Governo recua e compra mais gás boliviano

ANA CAROLINA OLIVEIRA  
BRASÍLIA

Após anunciar a redução do volume de importação do gás natural da Bolívia, que passaria de 30 milhões de metros cúbicos diários para 19 milhões, o governo brasileiro recuou e decidiu rever para cima o novo volume de importação do combustível. A partir desta semana o Brasil passa a importar entre 22 milhões e 24 milhões de metros cúbicos diários da Bolívia. A nova decisão foi tomada após reunião entre o governo brasileiro e ministros bolivianos. **C5**

## DIREITO CORPORATIVO

Cursos e especializações são usados para **incentivar** novos talentos

## SUCESSÃO

## Bancas apostam na retenção de talentos

Profissionais treinados dentro do próprio escritório garantem continuidade de negócio

ANDREZZA QUEIROGA  
SÃO PAULO

Em um mercado disputado como o direito, a tranquilidade em uma sucessão e a importância do nome da banca e de seus profissionais é de suma importância. Para isso, especialistas têm lançado mão de uma ferramenta adotada por muitos escritórios de advocacia: a retenção de talentos.

A medida, segundo advogados, aumenta a competitividade, perpetua o nome da banca dentro de um processo sucessório e, automaticamente, gera lucratividade e produtividade a longo prazo. Exemplo de sucesso é o que ocorreu com o escritório Pinheiro Neto Advogados. Mesmo com a morte do seu fundador, José Martins Pinheiro Neto, em 2005, a banca se mantém como uma das principais do País.

Outros escritórios também estão adotando esta política e já começam a ter resultados. Um exemplo é o Penteadto Mendonça Advocacia, que, apesar de ter à frente o advogado Antonio Penteadto Mendonça, conta com um grupo de sócios formados dentro da própria banca, que foi fundada em 1860 e que já está na quinta geração. “Investimos na nossa equipe, capacitando nossa mão-de-obra com cursos e projetos sociais, além de procurarmos manter a fidelidade e parceria”, afirma Antonio Penteadto, que mantém em sua equipe profissionais há mais de 25 anos.

De acordo com o advogado, é difícil encontrar um profissional que atenda ao perfil da banca e a rotatividade no negócio não é benéfica. Por este motivo, diz ele, busca formar talentos dentro do próprio escritório e que atendam às suas expectativas.

A retenção de talentos é adotada, também, pelo Siqueira Castro Advogados que, com mais de 60 anos de história, hoje é dirigi-

do pela sua segunda geração e, no momento, executa processos para a terceira etapa de sucessão.

De acordo com o advogado da banca Carlos Fernando Siqueira Castro, a retenção de talentos se tornou uma ferramenta indispensável no processo de sucessão, “pois o que ocorre, atualmente, nas grandes bancas, é um processo institucional e não mais familiar”, explica. “Deixamos de ter a figura de um único dono e adotamos profissionais especialistas nas mais diversas áreas do direito para perpetuar a nossa marca”, afirma o advogado.

Segundo ele, para manter este perfil institucional, o processo de retenção de talento é de suma importância porque o escritório se vale de profissionais talentosos nas mais variadas áreas para figurarem como sócios da banca. “Buscamos reunir figuras proeminentes e atuantes para perpetuar o nome do Siqueira Castro, independentemente de laços familiares e, esses profissionais, buscamos trazer dentro de nossa

## Escritório conta com trajetória de mais de um século

Um caso de sucessão familiar que deu certo é o que ocorreu com o Penteadto Mendonça Advocacia, fundado no final do século 19. A banca, hoje comandada por Antonio Penteadto Mendonça, possui uma tradição jurídica iniciada em 1860, quando o primeiro de cinco gerações de advogados formados pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco decidiu fundar seu próprio escritório. Antonio Penteadto Mendonça é sucessor direto dos escritórios de advocacia de Joaquim Mendonça, Antonio Machado Mendonça e Jorge Mesquita Mendonça, Penteadto Mendonça Advocacia. Tendo mais de um século de trajetória no cenário jurídico brasileiro. O êxito na sucessão, segundo Antonio Penteadto, não se deve a um planejamento, mas sim a um “processo natural e a vocação profissional, já que

nossas gerações formaram advogados atuantes”.

Segundo o advogado, que atualmente conta com alguns sócios no escritório que não carregam o nome da família, o sucesso do empreendimento se deve ao relacionamento próximo e transparente entre os familiares. Ele ressalta, no entanto, que é importante que durante uma sucessão familiar, o “filho ou parente do dono estagie em outros escritórios e que o herdeiro manifeste a vontade de se manter à frente da banca, “para que a transição seja feita de uma forma tranquila para a próxima geração”. “Vale lembrar que não tem receita de bolo, o processo é lento e requer muita calma, tato e atenção”, diz ele que, hoje, aposta em uma equipe formada por profissionais treinados e capacitados na própria banca.

A.Q.



RODRIGO CAPOTE/GAZETA MERCANTIL

Para Penteadto Mendonça, a formação de talentos atesta a manutenção do nome da banca

própria equipe, treinando, investindo e incentivando”, diz.

## Investimentos

O Siqueira Castro, por exemplo, investe em jovens talentos, incentivando conceitos como a responsabilidade social e ambiental, bem como adota um bom projeto de trainee que permite que o estagiário vivencie o dia-a-dia do advogado. Além disso, a banca conta com um programa de educação continuada que investe em cursos de especialização e pós-graduação dentro e fora do País, assim como em planos de carreira que incluem questões como incentivo salarial.

Situação similar ocorre no Veirano Advogados, que abriga um grupo de envolvimento profissional que inclui sócios e profissionais de Recursos Humanos (RH). “Este grupo decide como serão usadas as verbas para treinamentos solicitadas pelo próprios sócios e associados”, explica a diretora de RH da banca, Kristie Vasconcelos.

Apesar de Ronaldo Veirano ainda estar a frente do negócio, a banca é dirigida com outros sócios que respondem pelas mais diversas áreas e, segundo ela, muitos são profissionais treinados e que integraram a equipe de estagiários da própria banca. “Toda nossa equipe é formada por sócios e associados que foram capacitados por nossa própria equipe. E, sendo todos donos, todos, automaticamente, são responsáveis pelo empreendimento”, explica.

“O modelo adotado pelo Veirano, permite que os próprios profissionais estabeleçam sua carga horária e busquem manter e conquistar novos clientes”, diz Kristie. “Além disso, o Veirano mantém bibliotecas em todas suas filiais, investe em cursos no País e no exterior e, anualmente, manda três profissionais para estudar no exterior e outros para passar um período de 12 meses em bancas no estrangeiro.”

O Machado, Meyer, Sendacz e

Opice Advogados é outra banca de grande porte que também adota o programa de retenção de talentos pensando em uma futura gestão. “Nosso negócio depende de pessoas e nosso fundamento é não só investir no profissional, como mantê-lo no escritório. É esta a evolução natural na banca e torna a sucessão menos traumática porque coloca na direção uma equipe que já absorveu o perfil do nosso escritório”, explica o advogado Tito Amaral de Andrade.

Assim como outros escritórios de advocacia, o Machado, Meyer, Sendacz e Opice também aposta em cursos, além de um programa de educação continuada que estuda o perfil do profissional, para que possa fornecer a ele bolsas e especializações que o tornem mais capaz, “possibilitando que a banca fique mais atrativa e competitiva neste mercado, pois pode-se contar com uma equipe de profissionais experientes e renomados”.

O JORNAL DE ECONOMIA DO BRASIL DESDE 1920  
GAZETA MERCANTIL

gzm.com.br

Publicada pela CBM — Companhia Brasileira de Multimídia  
Rua Gomes de Carvalho, 1327 – 2º andar – Vila Olímpia – São Paulo-SP  
CEP.: 04547-005 – Fone: (11) 3508-0025 / (11) 3508-0027

Informações Comerciais

Publicidade Comercial - Sede

Fone: (11) 3508-0026 / (11) 3508-0149 – Fax: (11) 3508-0364 comercial@gazetamercantil.com.br

Publicidade Legal - Sede

Fone: (11) 3508-0018 – Fax: (11) 3508-0364 legal@gazetamercantil.com.br

Publicidade Brasília Fone/Fax: (61) 3313-5851 / 3313-5867 comercialdf@gazetamercantil.com.br

Publicidade Rio de Janeiro Fone/Fax: (21) 2101-4751 / 2101-4761 comercialrj@gazetamercantil.com.br

Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante (11) 3014-2400  
De segunda a sexta das 7h às 18h. E-mail: relacionamento@gazetamercantil.com.br

REGIÕES	ANUAL	ANUAL PROMOCIONAL
Sul, Sudeste e Centro-Oeste	R\$ 756,00	R\$ 499,00
Norte e Nordeste	R\$ 756,00	R\$ 649,00

Direção Geral  
Jackson Fullen  
Marcello D'Angelo  
E-mail: direcao@gazetamercantil.com.br

Redação  
Editores Executivos  
Costabile Nicoletta  
costabile@gazetamercantil.com.br  
Finanças Nelson Rocco  
nrocco@gazetamercantil.com.br  
Prestação Especial e Suplementos Cinthia Rodrigues  
crodrigues@gazetamercantil.com.br

Coordenação Editorial  
Imagem João Bittar  
jbittar@gazetamercantil.com.br  
Opinião Klaus Kleber  
kkleber@gazetamercantil.com.br  
Primeira Página Gabriel de Salles  
gsalles@gazetamercantil.com.br

Editores  
Agregação Isabel Dias de Aguiar  
isabelaguiar@gazetamercantil.com.br  
Arte Sandro Mantovani  
smantovani@gazetamercantil.com.br  
Comunicação Clayton Melo  
cmelo@gazetamercantil.com.br  
Direito Corporativo Gilmara Santos  
gsantos@gazetamercantil.com.br  
Editorial Leonardo Trevisan  
ltrevisan@gazetamercantil.com.br  
Indústria Rita Karan  
rkaran@gazetamercantil.com.br  
Infraestrutura Aniverson Feltrin  
afeltrin@gazetamercantil.com.br  
Internacional Cláudia Bozzo  
clauidiab@gazetamercantil.com.br  
InvestNews / Serviço on-line Silvana Orsini  
sorsini@gazetamercantil.com.br  
Mercado de Capitais Vinicius Pinheiro  
vpinheiro@gazetamercantil.com.br  
Mercado Imobiliário Lourdes Rodrigues  
lrodrigues@gazetamercantil.com.br  
Nacional Jaime Soares de Assis  
jsoares@gazetamercantil.com.br  
Política Líliana Lavoratti  
llavoratti@gazetamercantil.com.br  
Suplementos Especiais Luiz Silveira  
lsilveira@gazetamercantil.com.br  
TI & Telecom Thais Costa  
thcosta@gazetamercantil.com.br  
Vida Executiva Marcelo Monteiro  
mmonteiro@gazetamercantil.com.br

Fotografia  
Daniel Teixeira, Genésio, Leonardo Soares,  
Priscila Pompeu (coordenadora) e Rodrigo Capote  
fotografia@gazetamercantil.com.br

Ilustradores  
Fábio Cruz, Gian Paolo La Barbera

Correspondentes  
Belo Horizonte Durval Guimarães  
durval@gazetamercantil.com.br  
Caxias do Sul Guilherme Arruda  
garruda@gazetamercantil.com.br  
Curitiba Norberto Slaviski  
nslaviski@gazetamercantil.com.br  
Florianópolis Juliana Wilke  
jwilke@gazetamercantil.com.br  
Porto Alegre Caio Cigana  
ccigana@gazetamercantil.com.br  
Recife Etíone Ramos  
eramoss@gazetamercantil.com.br  
Ribeirão Preto Edson Álvares da Costa  
ealvares@gazetamercantil.com.br  
São José dos Campos Julio Otoboni  
jotoboni@gazetamercantil.com.br  
Salvador José Pacheco Maia Filho  
jpmaia@gazetamercantil.com.br

## TRIBUTÁRIO

## Eliminação de créditos de ICMS beneficia empresas

GUILHERME ARRUDA  
CAXIAS DO SUL (RS)

Desde o início deste ano, as transferências de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que até então formavam a base de cálculo para pagamento de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), deixou de existir.

De acordo com a Medida Provisória 451, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 16 de dezembro de 2008, não haverá mais a cobrança destes impostos sobre a transferência a outros contribuintes de créditos de ICMS originados de operações de exportação.

## Benefícios

A medida beneficiará 260 empresas exportadoras gaúchas e cerca de 500 em todo País.

Ela corrige uma distorção que vinha ocorrendo desde 2007, gerando atuações e ações judiciais de devolução, salienta a presidente da Associação das Indústrias de Móveis do Rio Grande do Sul (Movergs), Maristela Longhi, “pois era imposto cobrando sobre imposto”, enfatiza ela.

## REGISTRO

## VIDEOCONFERÊNCIA

Os juízes de todo o País podem optar por recolher o depoimento de presos por meio de videoconferência. A Lei 11.900, que prevê a possibilidade, foi publicada no Diário Oficial da União. De acordo com o texto, deve ser levado em conta, entre outros critérios, se há risco de segurança ou se o réu está doente. Além disso, prevê o uso da tecnologia para ouvir, também, as testemunhas.

Em novembro passado (dados mais recentes) a posição do saldo devedor das 50 maiores indústrias de móveis do estado era de R\$ 4 milhões.

“A Lei não era totalmente clara; dava margem para interpretações diferentes. Até onde sabemos, a Delegacia da Receita Federal de Caxias do Sul e de Novo Hamburgo tinham a interpretação de que as transferências de impostos para outra empresa (fornecedora) eram consideradas receita e, portanto, cabia imposto e que, baseada nesta interpretação, estavam atuando e cobrando”, explica Longhi.

## Processos

A dirigente da Movergs, não soube dizer o número de empresas que entraram com ações, mas, de acordo com ela, com a Medida Provisória 451, muitas das empresas que estavam seguindo a orientação anterior durante esses quase dois anos deverão entrar com ações na Justiça requerendo um ressarcimento.

Para Maristela Longhi, a orientação anterior “era um absurdo, pois o ICMS já é um imposto e só há a transferência porque o governo não nos de-

volve os valores creditados”, comenta.

A dirigente acrescenta, ainda, que até onde se sabe a medida vale, também, para empresas exportadoras de móveis e de calçados. “O caixa desses negócios fica 9,25% mais folgado”, comemora a presidente da Movergs, Maristela Longhi.

Os 9,25% referem-se a cobrança de 1,65% do PIS e 7,6% da Cofins. Ofato que surpreendeu a dirigente gaúcha foi a rapidez. Segundo ela, entre a data do pedido e a publicação passaram-se pouco mais de 30 dias. “Nós entregamos a Dr.ª Lina Maria Vieira (titular da Receita Federal) uma farta documentação com cópia de empresas atingidas pela interpretação e ela se mostrou sensibilizada”, elogia Maristela.

## Agradecimento

Em carta enviada aos associados, Maristela Longhi agradece as empresas que ajudaram a Movergs disponibilizando documentos que comprovaram a prática “pelo fisco da região, o que possibilitou elucidar melhor o fato junto a Receita Federal do Brasil de forma a obtermos mais esta conquista”.

## VALE ALIMENTAÇÃO

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Potencial Engenharia e Construções Ltda. a pagar a um trabalhador o valor pago para alimentação, como um benefício integrante de seu contrato. A Turma entendeu que os valores constantes dos recibos de pagamento como alimentação eram simbólicos e serviam apenas para desvirtuar a lei.

## DECISÃO

## Variação cambial livre de tributos

GILMARA SANTOS  
SÃO PAULO

Uma decisão do Tribunal Regional (TRF) da Segunda Região reacendeu a discussão sobre a tributação do ganho financeiro obtido pelas exportadoras com a variação cambial. E pode representar uma alternativa para as empresas exportadoras neste momento de crise. O tribunal acatou argumento usado pelo escritório TozziniFreire Advogados e entendeu que a Emenda Constitucional 33, de 11 de dezembro de 2001, imunizou todas as receitas decorrentes de exportação, inclusive, as decorrentes da variação cambial relacionadas à operação de exportação.

Com isso, não incide nem a contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) nem e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o ganho financeiro com a variação cambial. “O Superior Tribunal de Justiça mostrou entendimento favorável ao contribuinte (em casos semelhantes), mas ainda não é pacífico”, afirma a advogada Daniela Gusmão, sócia do TozziniFreire e que defendeu a empresa.

Ela explica que a EC 33/01 alterou o texto constitucional e tornou imune de tributos as exportações na tentativa de incentivar as exportações. No entanto, a Receita Federal interpretava que a imunidade só abrangeria o PIS e a Cofins. “Mas com a variação cambial é o mesmo raciocínio e como se trata de exportação não incide PIS e Cofins”, diz a advogada.

Para ela, recorrer a essa tese jurídica pode ser uma forma de viabilizar as perdas financeiras que as empresas exportadoras estão tendo com a crise. “O TRF está bem dividido e no Superior Tribunal de Justiça há decisões favoráveis na primeira e segunda turmas”, comenta a advogada.

